



## **1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão**

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação. A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

Administração Superior e Administração Acadêmica.

### **1.1 Administração Superior**

A Administração Superior da Universidade é exercida através dos seguintes órgãos:

**Conselho Universitário (CONSUNI):** O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;

**Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE):** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

**Conselho de Curadores:** O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;

**Reitoria:** Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

### **1.2 Estrutura Orgânica da Reitoria**

#### **1.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor**

- Gabinete
- Procuradoria Geral

#### **1.2.2 Órgãos de Assessoramento ao Reitor**

- Auditoria Geral
- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Coordenadoria de Concursos
- Ouvidoria Geral
- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

#### **1.2.3 Órgãos de Planejamento e Administração**

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Superintendência de Hospitais Universitários
- Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental

#### **1.2.4 Órgãos de Atividades Específicas**

- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação



## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

### 1.2.5 Órgãos Suplementares

- Biblioteca Universitária
- Memorial da UFC
- Museu de Arte
- Seara da Ciência
- Secretaria de Acessibilidade
- Secretaria de Cultura Artística
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria de Governança

### 1.3 Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos.

#### 1.3.1 Centros, Faculdades e Institutos

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia
- Faculdade de Direito
- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina
- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual

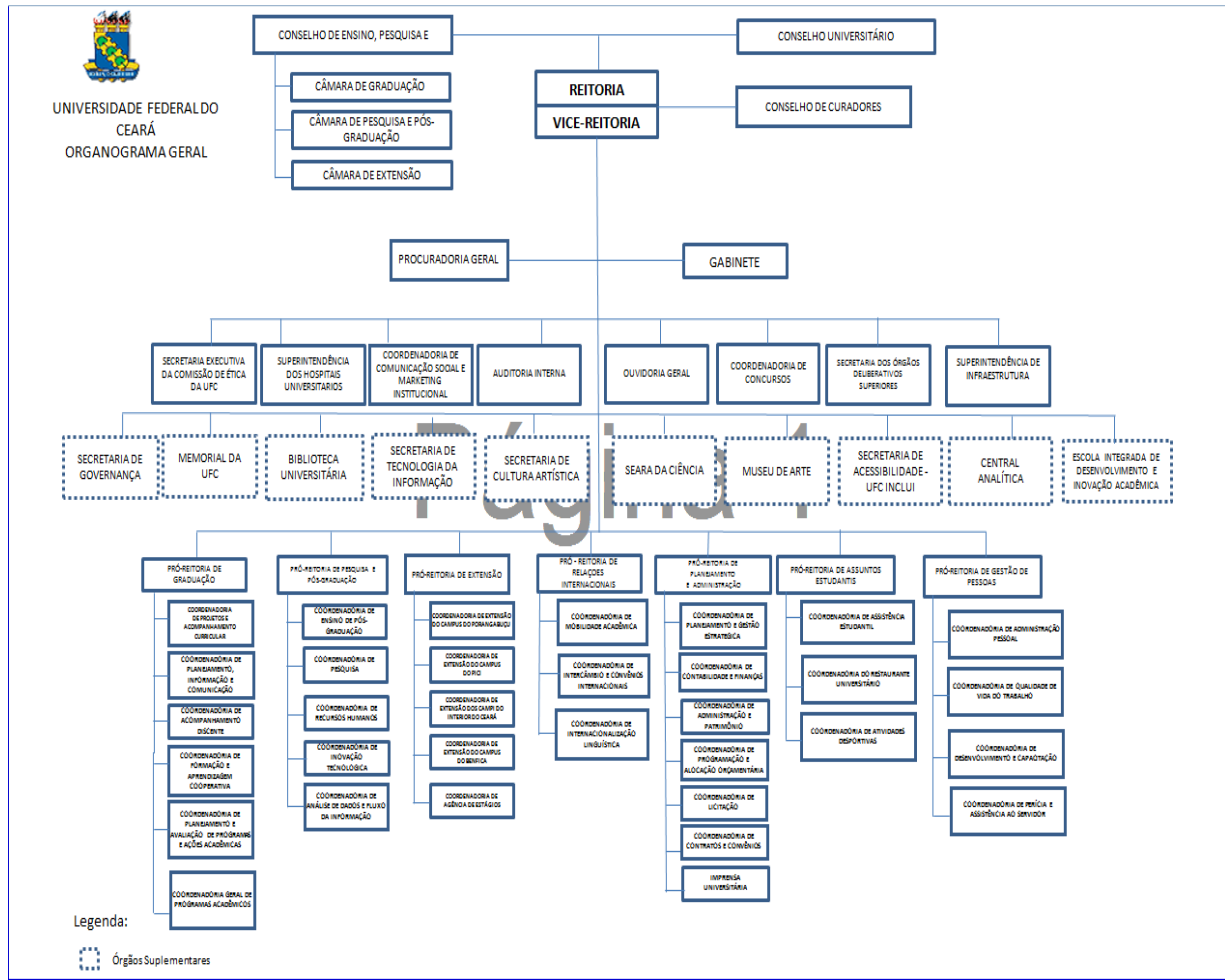
#### 1.3.2 Unidades no Interior do Estado

- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral
- A Administração Superior criou uma estrutura acadêmico-administrativa diferenciada nas unidades acadêmicas do Interior do Estado. A opção foi de não criar departamentos; portanto, as unidades acadêmicas são os próprios campi, constituídos pelas coordenações dos cursos existentes.
- A administração dos campi do Interior do Estado, dos institutos e dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:
  - Conselho do Campus (Unidades do Interior do Estado)
  - Conselho de Centro ou Conselho Departamental (nas Faculdades)
  - Diretoria
  - Vice - Diretoria
  - Secretaria
  - Coordenação de Cursos de Graduação
  - Coordenação de Cursos de Pós-Graduação



## 2. Organograma Funcional

Em relação ao organograma funcional, apresentam-se abaixo os organogramas relativos às unidades administrativas e às unidades acadêmicas, em separado. Quanto às atribuições e competências das subunidades da UFC são descritas no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no [link: http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/regimento\\_reitoria/regimento\\_reitoria.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf)



1 De acordo com a **Seção IV**, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das **Unidades Administrativas**:

"Art. 28. A UFC terá 7 (sete) Pró-Reitorias destinadas a atuação nas áreas a seguir discriminadas"

Unidades	Competências	Titular	Cargo
<b>Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis</b>	Compete promover e assistir a comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar os programas assistenciais dirigidos a essa comunidade, através das atividades desenvolvidas.	Prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
<b>Pró-Reitoria de Extensão</b>	Compete promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará.	Prof. <sup>a</sup> Márcia Maria Tavares Machado	Pró-Reitora de Extensão



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

<b>Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas</b>	Compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar todas as atividades inerentes à administração e desenvolvimento de recursos humanos da Universidade Federal do Ceará	Pró-Reitora: Marilene Feitosa Soares	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
<b>Pró-Reitoria de Graduação</b>	Compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes à formação de graduação, garantindo sempre a articulação com as Coordenações dos Cursos, Departamentos e Unidades Acadêmicas	Pró-Reitor: Prof. Cláudio de Albuquerque Marques	Pró-Reitor de Graduação
<b>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Compete programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito da Universidade, através das seguintes unidades.	Pró-Reitor: Prof. Antônio Gomes de Souza Filho	Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação
<b>Pró-Reitoria de Relações Internacionais</b>	Compete promover e coordenar as relações da Universidade com instituições estrangeiras de educação, ciência e cultura, bem como oferecer o suporte necessário à execução de convênios e acordos internacionais através das atividades desenvolvidas pelas unidades que lhe são subordinadas.	Prof. José Soares de Andrade Júnior	Pró-Reitor de Relações Internacionais
<b>Pró-Reitoria de Planejamento e Administração</b>	Elaborar gestão e avaliação do planejamento, orçamento, modernização administrativa, estatística e informática. A gestão do orçamento se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, gestão de contratos firmados com terceiros e a Imprensa Universitária (IU).	Prof. Almir Bittencourt da Silva	Pró-Reitor de Planejamento e Administração

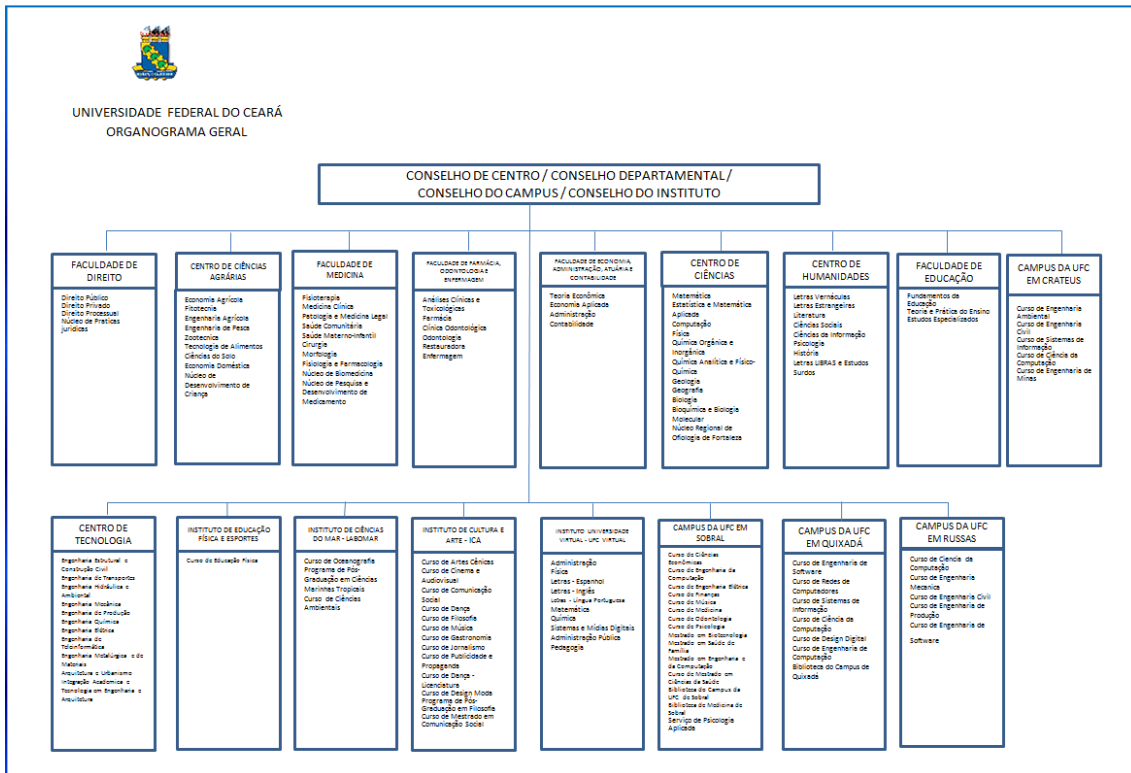
2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das **Unidades Administrativas**:

<b>Unidades</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>
<b>Superintendência dos Hospitais Universitários</b>	?	Prof. José Luciano Bezerra Moreira	Superintendente dos Hospitais Universitários
<b>Superintendência de Infraestrutura</b>	Compete supervisionar, coordenar, gerir e controlar as atividades relacionadas com projetos, obras, manutenção, recuperação e atividades auxiliares no âmbito da Universidade.	Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos	Superintendente de Infraestrutura
<b>Biblioteca Universitária</b>	Compete prover a Universidade Federal do Ceará de um sistema central de informação, de forma a proporcionar serviços biblioteconômicos e documentais eficientes que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Francisco Jonatan Soares	Diretor da Biblioteca Universitária
<b>Memorial da UFC</b>	Tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-las e difundí-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio	Marcela Gonçalves Teixeira	Coordenadora de Memorial da UFC



**Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017**

	universitário de forma compartilhada.		
<b>Museu de Arte</b>	Compete programar, dirigir e desenvolver atividades no campo das artes plásticas, no âmbito da UFC, objetivando a preservação, enriquecimento e difusão do seu acervo de produções artísticas e estimulando a participação da comunidade no que diz respeito à produção e à preservação cultural a partir de uma política educativa - cultural permanente, voltada para a valorização dos bens culturais regionais.	Prof. Pedro Eymar Barbosa Costa	Diretor DE Museu de Arte
<b>Seara da Ciência</b>	Compete fazer a divulgação científica e tecnológica da Universidade Federal do Ceará. Procura estimular a curiosidade pela ciência, cultura e tecnologia, mostrando suas relações com o cotidiano e promovendo a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento.	Prof. Marcus Raimundo Vale	Diretor da Seara da Ciência
<b>Secretaria de Acessibilidade</b>	Compete elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade	Prof. <sup>a</sup> Vanda Magalhães Leitão	Diretora Secretária da Acessibilidade
<b>Secretaria de Cultura Artística</b>	Compete elaborar, executar e gerenciar as iniciativas relacionadas à Política de Cultura Artística definida para a instituição, incentivando, apoiando e avaliando ações e projetos artístico-culturais propostos pela comunidade universitária.	Prof. Elvis de Azevedo Matos	Diretor da Secretaria de Cultura Artística
<b>Secretaria de Tecnologia da Informação</b>	Compete sistematizar, orientar, coordenar, desenvolver, manter, operar e controlar as atividades de processamento de dados, bem como avaliar seu desempenho.	Prof. Joaquim Bento Cavalcante Neto	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação





### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

3 De acordo com a Seção II, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Acadêmicas:

*"Art. 31. A Diretoria será o órgão executivo encarregado de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades de cada Centro ou Faculdade."*

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Centro de Ciências		Prof. Raimundo Nogueira da Costa Filho	Diretor do Centro de Ciências
Centro de Ciências Agrárias		Prof.ª Sônia Maria Pinheiro de Oliveira	Diretor do Centro de Ciências Agrárias
Centro de Humanidades		Prof.ª Viádia Maria Cabral Borges	Diretora do Centro de Humanidades
Centro de Tecnologia		Prof. Carlos Almir Monteiro de Holanda	Diretor do Centro de Tecnologia
Faculdade de Direito		Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque	Diretor da Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado Executivo		Prof. Augusto César de Aquino Cabral	Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado Executivo
Faculdade de Educação		Prof.ª Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca	Diretora da Faculdade de Educação
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem		Prof.ª Lidiany Karla Azevedo	Diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia, e Enfermagem
Faculdade de Medicina		Prof.ª Valéria Goês Ferreira Pinheiro	Diretora da Faculdade de Medicina
Campus de Sobral		Prof. Vicente de Paulo Teixeira Pinto	Diretor do Campus de Sobral
Campus de Quixadá		Prof. Davi Romero de Vasconcelos	Diretor do Campus de Quixadá
Campus de Crateús		Maria Elias Soares	Diretor do Campus de Crateús
Campus de Russas		Prof. Lindberg Lima Gonçalves	Diretor do Campus de Russas
Instituto de Ciências do Mar		Prof.ª Ozilea Bezerra Menezes	Diretora do Instituto de Ciências do Mar
Instituto de Cultura e Arte		Prof. Sandro Thomaz Gouveia	Diretor do Instituto de Cultura e Arte
Instituto de Educação Física e Esportes		Prof. Antônio Barroso Lima	Diretor do Instituto de Educação Física e Esportes
Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual		Prof. Mauro Cavalcante Pequeno	Diretor do Instituto Universidade Virtual -UFC Virtual

### 3. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do



---

## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

---

exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

### 4. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### (a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### (c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### (d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### (e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### (f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.



---

## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

---

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

### (g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### (h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

### (i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### (j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### (k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

### (l) Ativos e passivos contingentes





---

## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

---

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

### (m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

#### (m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (m.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### (m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

## 5. Balanço Patrimonial

A seguir são apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial com variações mais relevantes durante o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.



### **5.1 VPD's Pagas Antecipadamente**

Os valores registrados neste grupo são referentes à prêmios de seguros pagos antecipadamente na Unidade Gestora do Hospital Universitário, como o pagamento é feito de forma antecipada, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas mensalmente. Assim, a medida que o valor deste grupo de contas vai sendo baixado é registrada como contrapartida uma VPD (Seguros em Geral). Sistemática semelhante ocorre com o valor referente a assinatura de revistas e periódicos no âmbito do Hospital Universitário e da Maternidade Escola.

### **5.2 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo**

A quase totalidade do saldo deste grupo (99,83%) se refere a valores de férias a pagar, que são registrados em contrapartida do reconhecimento das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) em obediência ao princípio da competência.

### **5.3 Demais Obrigações de Curto Prazo**

O saldo deste grupo sofreu uma redução de 43,86% do saldo ao final do mês de dezembro/2017 em relação ao saldo de dezembro/2016. Esta redução se deu principalmente em função da diminuição do volume de obrigações relacionadas a valores restituíveis de depósitos retidos de fornecedores. Durante o ano de 2017 houve uma redução das obrigações deste tipo por ocasião da liberação de valores que haviam sido retidos dos pagamentos de fornecedores em contratos de terceirização de mão de obra. Essas retenções ocorreram em função da adoção da sistemática da conta vinculada, prevista na Instrução Normativa nº 02/SLTI, onde são retidos parte dos valores devidos nos pagamentos de contratos de terceirização de mão de obra para garantir o cumprimento pela empresa contratada das obrigações trabalhistas, principalmente no tocante à férias, décimo terceiro salário e rescisões de contratos.

### **5.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo**

O saldo deste grupo representa 86,97% do total do passivo exigível ao final do ano de 2017. Os valores registrados neste grupo são referentes a Precatórios de Pessoal. Não houve variação do saldo deste grupo durante o exercício de 2017.

### **5.5 Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. No ano de 2017, foi formada comissão permanente de avaliação de bens móveis que passou a, para os bens adquiridos de forma gratuita, realizar avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 1.068.725.441,29 relacionados ao imobilizado.

#### **5.5.1 Bens Móveis**

Os Bens Móveis do Órgão em 31/12/2017 totalizavam R\$ 256.200.106,69 e estão



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 1 - Bens Móveis - Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	119.335.122,60	118.503.809,35	0,70%
Bens de Informática	35.650.502,92	34.063.170,00	4,66%
Móveis e Utensílios	40.750.170,25	42.436.513,91	-3,97%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	86.932.518,08	86.069.971,90	1,00%
Veículos	20.879.964,55	20.589.348,89	1,41%
Bens Móveis em Andamento	650.182,73	1.483.048,51	-56,16%
Armamentos	2,00	0	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	96.449,58	167.306,58	-42,35%
Demais Bens Móveis	269.504,69	274.753,09	-1,91%
Depreciação / Amortização Acumulada	-44.505.045,06	-37.323.828,62	19,24%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	-410.091,65	-
<b>Total</b>	<b>260.059.372,34</b>	<b>265.854.001,96</b>	<b>-2,18%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 45,89% referem-se a Máquinas, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 93.925.148,88, que representa 36,12% do total de bens móveis.

A maior variação durante o exercício de 2017 ocorreu com o grupo dos Bens Móveis em Andamento, explica-se pela transferência do saldo da conta transitória de Importações em Andamento para as contas de Bens Móveis definitivas por ocasião da regularização da situação de bens adquiridos através de importação.

No primeiro semestre de 2017 foram realizados ajustes contábeis decorrentes do trabalho de inventário/reavaliação. Estes ajustes foram os responsáveis por variações dos saldos de Bens Móveis como os Semoventes e Equipamentos de Montaria, que sofreram redução de 42,35% quando se compara o saldo ao final do mês de dezembro de 2017 com dezembro de 2016. Os demais grupos não sofreram variações relevantes no período.

O total do valor registrado de Redução ao Valor Recuperável ao final do exercício de 2016 decorre de registros contábeis das unidades do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC). Durante o segundo trimestre de 2017 foi efetuada a baixa deste valor. Isto ocorreu porque, os bens que sofreram redução ao valor recuperável foram alienados em exercícios anteriores. A contrapartida deste registro foi a diminuição do valor da conta de bens móveis pela apuração do valor líquido contábil com a baixa do valor de redução ao valor recuperável.

#### 5.5.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão em 31/12/2017 totalizavam cerca de R\$ 809 milhões e estão



## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Bens Imóveis – Composição.**

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ AH(%)
Bens de Uso Especial	691.124.296,10	679.494.782,19	1,71%
Bens Imóveis em Andamento	121.725.084,89	112.883.497,25	7,83%
Instalações	592.287,38	203.138,00	191,57%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-4.775.599,42	-960.615,71	397,14%
<b>Total</b>	<b>808.666.068,95</b>	<b>791.620.801,73</b>	<b>2,15%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 85% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 691 milhões em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode-se observar na tabela a seguir.

Durante o terceiro trimestre de 2017 foram realizadas reclassificações de bens imóveis. Os bens classificados na conta Outros Bens Imóveis de Uso Especial foram transferidos para a conta Imóveis de Uso Educacional. Esta alteração foi feita conforme orientação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e teve como objetivo reclassificar bens que se encontravam registrados em contas genéricas do tipo “outras”.

**Tabela 3 - Bens de Uso Especial – Composição**

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	5.489.200,01	5.489.200,01	0,00%
Terrenos, Glebas	198.290.627,96	198.525.257,50	-0,12%
Imóveis de Uso Educacional	453.134.868,38	383.870.320,01	18,04%
Edifícios	26.449.934,73	26.449.934,73	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.483.853,87	58.884.258,79	-97,48%
<b>Total</b>	<b>691.124.296,10</b>	<b>679.494.782,19</b>	<b>1,71%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

### 5.5.3 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Universidade Federal do Ceará tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no Manual de Gestão Patrimonial do Órgão, disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

### 5.5.4 Reavaliação



---

## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

---

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### **5.5.5 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

### **5.5.6 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A partir do mês de agosto de 2017 até o encerramento do exercício não foi registrada a depreciação dos bens móveis. Isto ocorreu em função da migração de Sistema de Controle Patrimonial. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) vem trabalhando na adequação das rotinas no novo Sistema para corrigir inconsistências no cálculo da depreciação e no relatório mensal de bens (RMB) que dá suporte ao registro da depreciação e conciliação dos valores contábeis com o sistema de gestão patrimonial. O principal causador dessas inconsistências foi o fato do órgão já ter realizado reavaliação dos bens móveis. O sistema anterior já se encontrava adaptado à reavaliação, já o novo sistema está sendo parametrizado para tratar corretamente os dados da reavaliação.

### **5.5.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### 5.5.8 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o ano de 2017 que tiveram como contrapartida contas do ativo imobilizado.

**Tabela 4 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Imobilizado**

Conta Contábil	Descrição da Movimentação	VALOR
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.
		-750



**Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017**

123110113	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	45.302,00
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-500
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-3.500,00
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-5.950,00
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DE 269 RACKS DE INFORMATICA. NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 O VALOR DOS BENS FOI INFORMADO COM O ERRO. O VALOR FOI CORRIGIDO NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL (VALOR CORRETO DO AJUSTES DE REAVALIACAO: 291.832,11, VALOR CONSTANTE NA PLANILHA INICIAL: 3.006.132,11).	-2.714.300,00



**Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017**

123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	AJUSTE DO VALOR DE REAVALIACAO DOS BENS REGISTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL (AGORA) . NA BASE DE DADOS PRELIMINAR COM O RESULTADO DA REAVALIACAO FEITA PELA EMPRESA ERNST YOUNG, EM FUNCAO DO CONTRATO: 07/2014 OS VALORES DOS BENS FORAM INFORMADOS DE FORMA INCORRETA.	-236.667,42
123110900	ARMAMENTOS	AJUSTE REFERENTE A DIVERGENCIA DE VALORES DAS ADICAOES REGISTRADAS EM VIRTUDE DO INVENTARIO, REALIZADO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014.	2
123111000	SEMOVENTES	CORRECAO DOS VALORES BAIXADOS A MAIOR NO ANO DE 2016.	2.200,00
123119999	OUTROS BENS MOVEIS	REAVALIACAO DE BENS LOCALIZADOS DURANTE A REALIZACAO DE INVENTARIO, FEITO PELA EMPRESA ERNST YOUNG, COM DATA BASE DE 31/12/2014, EM VIRTUDE DO CONTRATO: 07/2014. OS BENS ENCONTRAVAM-SE BAIXADOS NO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL E NO SIAFI.	11.508,41
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	BAIXA DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO REFERENTE A BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET EM 2016 E NÃO BAIXADOS NA OCASIÃO.	-4.386.172,04
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	CORRECAO DOS REGISTROS DE BAIXAS DE BENS DOADOS A SOCIEDADE DE ASSITENCIA A MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIANT (SAMEAC), CONFORME PROCESSO: 019650/2014-63. NA OCASIAO DA BAIXA, REALIZADA EM JUNHO/2016, FOI UTILIZADO RELATORIO EMITIDO PELO SISTEMA DE GESTAO PATRIMONIAL QUE NAO INFORMOU CORRETAMENTE O VALOR DOS BENS REAVALIADOS.	6.649,12
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		6.500,37
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP		44.169,69
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES		31.384,78
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO		1.279,69
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		9.201,40
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS		26.356,30
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS		369,00
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS		126,50
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS		204.965,67
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		843.067,25
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS		7.153,55
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO		2.854,26
123110303	MOBILIARIO EM GERAL		29.605,41





### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO		22.986,59
<b>TOTAL</b>			<b>-6.052.157,47</b>

#### 5.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio do órgão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017 foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis serão testados anualmente. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 404.704,35 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2016 e 31/12/2017.

**Tabela 05 – Intangível – Composição.**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	5.069,90	77.806,25	-93,48%
Software com Vida Útil Indefinida	399.634,45	345.642,00	15,62%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	0	16.910,00	-100,00%
Amortização Acumulada	0	-77.806,26	-100,00%
<b>Total</b>	<b>404.704,35</b>	<b>362.551,99</b>	<b>11,63%</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil indefinida, que representa 98,75% do grupo. Comparando-se os valores ao final do ano de 2017 com o final do ano de 2016 percebe-se que foram baixados a maioria dos valores referentes aos Softwares com Vida Útil Definida. Esse procedimento foi adotado em decorrência do processo de revisão dos valores registrados no ativo intangível realizado no segundo trimestre de 2017. Todos os valores foram testados, através de processo de coleta de informações juntos às unidades que utilizam/utilizavam os Softwares. O quadro a seguir resume os registros contábeis efetuados em função do processo de revisão dos valores de softwares.

**Tabela 06 – Intangível – Quando Resumo da Revisão de Valores do Intangível - Softwares**

R\$

Tratamento Contábil	Valor
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Definida totalmente amortizados sem expectativa de geração de benefícios futuros	27.614,80
Softwares com vida Útil Definida reclassificados para Vida Útil Indefinida	50.191,45
Baixa definitiva do Ativo Intangível – Softwares com Vida Útil Indefinida sem expectativa de geração de benefícios futuros	3.999,00
Softwares com Vida Útil Indefinida que permaneceram inalterados	349.443,00

Fonte: SIAFI, 2017

#### 5.6.1 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão avaliou, durante o segundo trimestre de 2017 os ativos do intangível para identificar se havia indícios de não recuperação do seu valor contábil. Durante o processo de revisão não foram identificados Softwares em situação de imparidade.

#### 5.6.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Durante o primeiro trimestre foram baixados valores registrados no intangível referente a Marcas e Patentes Industriais em Contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores. Os ajustes totalizaram R\$ 16.910,00 e ocorreram porque os valores que haviam sido contabilizados neste grupo eram referentes a despesas de manutenção de patentes, indevidamente registradas como Ativo Intangível durante o ano de 2016. O quadro a seguir apresentam os registros decorrentes da revisão dos ativos intangíveis que tiveram como contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

**Tabela 07 - Ajustes de Exercícios Anteriores – Ativo Intangível - Softwares**

Conta Contábil	Descrição da Movimentação	VALOR
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	3.900,00
	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICACAO DE ATIVO INTANGIVEL - SOFTWARE (DE VIDA UTIL DEFINIDA PARA VIDA UTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISAO DOS ATIVOS INTANGIVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARE (DE VIDA ÚTIL DEFINIDA PARA VIDA ÚTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E MEMORANDO 044/2017/DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA/FACULDADE DE MEDICINA.	38.635,38
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARE (DE VIDA ÚTIL DEFINIDA PARA VIDA ÚTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E MEMORANDO 037/2017/POS GRADUAÇÃO EM BIOQUÍMICA	3.581,07
12481.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	REVERSÃO DO REGISTRO DE AMORTIZAÇÃO DECORRENTE DA RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARE (DE VIDA ÚTIL DEFINIDA PARA VIDA ÚTIL INDEFINIDA), CONFORME PROCESSO 08013/2017-12 DE REVISÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E MEMORANDO 011/2017/MAUC	4.075,01

Fonte: SIAFI, 2017

## 5.7 Ajustes Para Perdas Estimadas

### 5.7.1 Ajustes para Perdas – Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber foi calculado tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por Conta Contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber).

A seguir são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2014, 2015 e 2016. Para algumas contas, por não haver movimentação durante os três últimos exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

**Tabela 8 – Valores médios a receber**

Descrição da Conta	Valores médios a receber		
	2016	2015	2014
= ALUGUEIS A RECEBER	136.654,47	168.741,29	204.875,94
= CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	2.635.864,87	850.650,17	255.578,60
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	27.823,96		
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	33.000,00	-	-
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	284.907,29	284.907,29	-
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	254.856,18	-	-
= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	242.669,25	-	-
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	5.056.883,00	3.387.648,74	2.590.166,22
	<b>8.672.659,02</b>	<b>4.754.457,12</b>	<b>3.050.620,76</b>



**Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017**

**Tabela 9 – Médias dos recebimentos e Quociente de Recebimento**

Descrição da Conta	Média dos Recebimentos			Quociente de Recebimento		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
= ALUGUEIS A RECEBER	-	-	-	0%	0%	0%
= CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	-	-	-	0%	0%	0%
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	22.850,27	-	-	82%	0%	0%
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	-	-	-	0%	0%	0%
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	-	-	-	0%	0%	0%
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	234.875,61	-	-	92%	0%	0%
= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	76.244,25	-	-	31%	0%	0%
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	-	-	-	0%	0%	0%
	<b>333.970,14</b>					

**Tabela 10 – Médias**

Descrição da Conta	Cálculo da Estimativa de Perda – Dezembro/2017		
	Quociente médio de recebimento(2014, 2015, 2016) *	Saldo em dez/2017	Perda Estimada
= ALUGUEIS A RECEBER	0,00%	104.567,65	104.567,65
= CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	0,00%	11.939,38	11.939,38
= VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	100,00%	0,00	0,00
= CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	0,00%	255.578,60	255.578,60
= CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	82,12%	64.796,58	11.582,75
= OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0,00%	33.000,00	33.000,00
= ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO	0,00%	284.907,29	284.907,29
= CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	92,16%	1.022.007,32	80.124,72
= CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	31,42%	1.191.712,78	817.288,55
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	0,00%	3.433.674,19	3.433.674,19
= DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	0,00%	1.623.208,81	1.623.208,81
<b>TOTAL</b>		<b>8.025.392,60</b>	<b>6.655.871,93</b>

### 5.7.2 Ajustes para Perdas – Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos o total de perdas de estoques foi de R\$ 2.238,91. Assim a média de perdas com estoque anual é de R\$ 746,30 que representa 0,005% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo do mês de dezembro de 2017. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

### 5.8 Fornecedores e Contas a Pagar



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

Em 31/12/2017, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 11.136.878,56 relacionados com fornecedores e contas a pagar. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

**Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	(R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	11.136.878,56	10.081.703,33	10,47%
Nacionais	11.136.878,56	10.081.703,33	10,47%
<b>Total</b>	<b>11.136.878,56</b>	<b>10.081.703,33</b>	<b>10,47%</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar é composta por compromissos de curto prazo e pelo item Credores Nacionais.

Na tabela a seguir são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2017.

**Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.**

	(R\$)	
Unidade Gestora	31/12/2017	AV (%)
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	4.129.800,15	37,08%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	4.006.967,26	35,98%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	3.000.111,15	26,94%
<b>Total</b>	<b>11.136.878,56</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

A Unidade Gestora Hospital Universitário Walter Cantídio apresentou o maior volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do mês de dezembro/2017, 37,08% do total.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

**Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

	(R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	1.671.775,61	15,01%
SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	915.183,00	8,22%
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA - EPP	899.912,72	8,08%
MULTEMPREX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO, EVENTOS	645.606,33	5,80%
RCS TECNOLOGIA LTDA	536.132,95	4,81%
ELFA MEDICAMENTOS LTDA	406.252,80	3,65%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	386.806,58	3,47%
ENGECLINIC SERVICOS LTDA	364.121,91	3,27%
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	309.336,67	2,78%
TECLAV - TECNOLOGIA E LAVAGEM INDUSTRIAL LTDA	271.218,17	2,44%
Demais	4.730.531,82	42,48%
<b>Total</b>	<b>11.136.878,56</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Os valores pendentes de pagamentos aos fornecedores: ISM Gomes de Matos, RCS Tecnologia Ltda, ELFA Medicamentos Ltda, Companhia Energética do Ceará, ENGECLINIC Serviços Ltda e TECLAV – Tecnologia e Lavagem Industrial Ltda, dizem respeito às liquidações realizadas durante o mês de dezembro de 2017 que até 31/12/2017 estavam aguardando descentralização de recursos financeiros para pagamento.

Os valores pendentes de pagamento à empresa SERVAL, Serviços de Limpeza, são referentes a liquidações feitas no mês de dezembro/2017, nas unidades gestoras do Hospital Universitário e



## Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

Maternidade Escola, que no final do ano de 2017 estavam aguardando a remessa de recursos financeiros para efetuar o pagamento destas despesas. O pagamento ocorreu no início do ano de 2018.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, são referentes a liquidações feitas nos meses de outubro e novembro de 2017, de despesas custeadas com orçamento descentralizados por outros órgãos, que em 31/12/2017 estavam aguardando a remessa de recursos financeiros por parte dos órgãos descentralizadores para que se pudesse efetivar o pagamento.

Encontram-se pendentes há longa data:

- (a) PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda - EPP: Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o Registro de Preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para Auditórios, Anfiteatros, Concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria e
- (b) MULTEMPRESA Comercio e Serviços de Alimentação, Eventos: Os valores em aberto são decorrentes da Dispensa de Licitação nº 83/2011, cujo objeto foi a contratação de empresa para o fornecimento de refeições. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso para que o crédito em favor da empresa seja utilizado para abater dívida da mesma apurada em decorrência de processo de tomada de contas especial nº 017.774/2012-35 e recomendação feita pela Controladoria Geral da União, em face de trabalho de auditoria;

### 5.9 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Órgão possuía um saldo de **R\$ 303.513.931,18** de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Composição.**

(R\$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	2.566.639,53	1.051.385,95	144,12%
Fornecimento de Bens	40.087.114,50	28.742.116,09	39,47%
Seguros	1.418.520,28	505.405,73	180,67%
Serviços	259.441.656,87	199.010.909,46	30,37%
<b>Total</b>	<b>303.513.931,18</b>	<b>229.309.817,23</b>	<b>32,36%</b>

Fonte: SIAFI, 2016/2017

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 85,48% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do mês de dezembro/2017 e sofreram acréscimo de 32,36% em relação ao final do exercício de 2016. Na continuação, apresenta-se a tabela contendo os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2017.

As obrigações contratuais a executar referentes aos contratos de aluguel apresentaram um incremento de 144,12% quando se compara o saldo ao final do ano de 2017 com o mês de dezembro de 2016. Este acréscimo decorre principalmente da assinatura dos contratos: nº 013/2017 pela UG 153045 (UFC), cujo objeto é a locação das unidades 101,102,201,202,301 e 302 do Ed. Palmares, imóvel situado no endereço Rua Júlio Ibiapina, nº 222, Bairro: Meireles, Fortaleza-CE, para abrigar as instalações de ensino do LABOMAR/UFC e nº 06/2017 pela UG 150244 (Hospital



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

Universitário), cujo objeto é contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de equipamentos para o serviço de hemodiálise com instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças dos equipamentos locados e eventual troca de equipamentos, para atender as necessidades do HUWC.

**Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.**

UNIDADE GESTORA	31/12/2017	AV(%)
Universidade Federal do Ceará	206.051.028,17	67,89%
Hospital Universitário Walter Cantídio	73.754.705,43	24,30%
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	23.708.197,58	7,81%
<b>Total</b>	<b>303.513.931,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 67,89% do total contratado. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 08 (oito) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

**Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

			31/12/2017	AV (%)
Contratado(a) A:	07783832000170	CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	32.240.847,09	10,62%
Contratado(a) B:	07875818000105	CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	13.282.840,20	4,38%
Contratado(a) C:	07360290000123	SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	12.248.849,03	4,04%
Contratado(a) D:	04768702000170	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INST	11.065.784,18	3,65%
Contratado(a) E:	08918421000108	FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO	9.543.465,42	3,14%
Contratado(a) F:	07040108000157	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE	9.413.022,11	3,10%
Contratado(a) G:	07360290000123	SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	9.034.396,31	2,98%
Contratado(a) H:	05330436000162	FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	8.329.829,69	2,74%
Demais Contratos do Órgão			198.354.897,15	65,35%
<b>TOTAL</b>			<b>303.513.931,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 22,68% do total de obrigações contratuais do Órgão e são referentes a contratos cuja contratante, com exceção da empresa SERVAL Serviços de Limpeza, é a Universidade Federal do Ceará. A seguir são fornecidas mais informações acerca dos mesmos:



### Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017

Contratada A: Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra - refere-se a quatro contratos cujo objeto é a contratação de serviços de terceirização de mão de obra. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

**Tabela 17 - tipos de contratos da empresa Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra**

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
05/2016	Apoio Administrativo	03/02/2017 a 02/02/2018 data da ass.: 12/01/2017
65/2012	Limpeza	23/11/2017 a 22/11/2018 data da ass.: 16/11/2017
89/2014	Serviços Auxiliares - Agropecuária	01/11/2017 a 31/10/2018 data da ass.: 24/10/2017
02/2013	Apoio Administrativo	09/01/2017 a 08/01/2018 data da ass.: 05/01/2017

Fonte: SIASG, 2017

Contratado B: CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento - Refere-se ao contrato nº 07/2016, assinado em 30/12/2015 que tem como objeto prestação de serviços pela contratada para realizar ações de monitoramento e avaliação do programa seguro desemprego com vigência de 05/02/2016 a 05/02/2018.

Contratado C: SERVAL Serviços de Limpeza Ltda – referente a 07 contratos cujo objetos são detalhados na tabela a seguir:

**Tabela 18 - tipos de contratos da empresa SERVAL Serviços de Limpeza Ltda**

Contrato	Contratante	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
44/2014	Universidade Federal do Ceará	Limpeza e Manutenção de áreas verdes	01/08/2017 a 31/07/2018 data da ass.: 31/07/2017
71/2014	Universidade Federal do Ceará	Apoio Administrativo - Porteiro e Recepcionista	04/10/2017 a 03/10/2018 data da ass.: 03/10/2017
25/2016	Hospital Universitário	Apoio Administrativo - Motorista e Supervisor	01/04/2017 a 31/03/2018 data da ass.: 30/03/2017
26/2016	Hospital Universitário/Maternidade Escola	Apoio Administrativo: carregadores, copeiro, maqueiro, contínuo, costureira, e supervisor	01/04/2017 a 31/03/2018 data da ass.: 30/03/2017
21/2016	Hospital Universitário/Maternidade Escola	Apoio Administrativo: recepção, portaria e supervisor	03/05/2017 a 31/03/2018 data da ass.: 03/05/2017
26/2017	Hospital Universitário/Maternidade Escola	apoio administrativo as atividades administrativas (operador de microcomputador, almoxarifados, auxiliares de arquivos, auxiliar de serviço educacional e supervisores	01/08/2017 a 31/07/2018 data da ass.: 28/07/2017
54/2013	Hospital Universitário/Maternidade Escola	Serviços de limpeza técnica hospitalar nas áreas críticas e semi-críticas nas	26/08/2017 a 25/08/2018 data da ass.: 25/08/2017





---

**Notas Explicativas do 4º trimestre de 2017**

---

dependências do HUWC e  
da MEAC da

---

**Fonte:** SIASG, 2017;

Contratada D: ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INST. – refere-se ao contrato nº 23/2017 cujo objeto é a Prestação dos serviços de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva, assinado em 05/06/2017, com vigência de 05/06/2017 a 04/06/2018.